

Mudanças Históricas — Impasses e Anseios

A Crise do Socialismo, a Guerra do Golfo, a Economia Internacional e a Esperança Cristã

Walter Altmann

Mais de um ano já transcorreu desde os acontecimentos mais dramáticos no Leste europeu, mas ainda nos descobrimos estonteados diante deles. Como entendê-los? Quais seus desdobramentos? Qual seu significado duradouro? Que representam para os povos do Terceiro Mundo? As respostas a essas perguntas se nos apresentam ainda como bastante nebulosas, mas de qualquer modo todos estamos razoavelmente conscientes de que temos sido testemunhas privilegiadas de transformações históricas da mais alta significação. Isso vale de maneira particularmente aguda para os acontecimentos na Alemanha Oriental. Poucas pessoas haverá no mundo que, tendo assistido às impactantes imagens de multidões de ambos os lados tomando conta do muro de Berlim, a 9 de novembro de 1989, assim transformando um símbolo de separação e dor em sinal de unidade e alegria, tenham deixado de perceber que nesse momento não só terminava um pesadelo e se concretizava um sonho desejado no mais íntimo dos alemães, como também se erguia um novo símbolo de reconciliação e superação das barreiras que dividem a humanidade e os povos.

Tamanhas transformações eram totalmente imprevisíveis e mesmo inimagináveis ainda pouco antes de terem ocorrido. Os acontecimentos históricos se sucederam com uma rapidez espantosa, muitas vezes indo bem além do intencionado pelos protagonistas mais decididos e deixando perplexos os analistas mais sagazes. Depois passou-se a ouvir: “revolução”, “fim do socialismo”, “triunfo do capitalismo”, até mesmo “fim da história”. Parecia não haver termos suficientemente grandiloqüentes para designar os acontecimentos de nossos dias.

Todos esses termos — e muitos outros semelhantes — pretendem assinalar para algo profundo e irreversível. Mesmo que também no futuro se venha a reconhecer em algum deles uma percepção adequada dos acontecimentos atuais — “revolução”, por exemplo —, é altamente provável que tenham nascido muito menos de um esforço analítico razoavelmente objetivo do que do impacto subjetivo das mudanças experimentadas e — por que não dizê-lo assim? — das imagens que tomaram conta da tela de nossos aparelhos de TV e de nossas emoções.

Se, porém, isso é uma hipótese não desprezível, então também somos forçados a contar com a possibilidade de que, apesar de todas as evidências aparentemente irretorquíveis, aqueles termos também ocultem um propósi-

to eminentemente propagandístico. Poderiam intencionar o embotamento de nosso pensamento crítico e a paralisação de nossa futura ação. Aliás, os termos “revolução” e “fim da história” dificilmente poderiam ser tomados como sinônimos. O primeiro indica mudanças profundas e dramáticas; o segundo a interrupção definitiva até mesmo da possibilidade de mudanças desse tipo. Seu emprego simultâneo como referencial ao mesmo conjunto de acontecimentos parece trair uma intenção — refletida ou não — de que os resultados das mudanças ocorridas não venham mais a ser questionados e que, contrariamente, possam ser congelados indefinidamente. Isto é, haveria neles uma dimensão política com densidade ideológica. Os termos “fim do socialismo” e “triunfo do capitalismo” poderiam então ser a expressão mais visível dessa dimensão à primeira vista oculta. “Revolução”, sim, para a derrocada do socialismo; depois, nunca mais, para que o capitalismo seja perpetuado...

Como quer que seja, ninguém de nós está em condições de avaliar os acontecimentos à distância e com isenção de ânimos. Tanto mais importante é que nos tornemos o mais conscientes possível de nossos condicionamentos e que compartilhem nossas perspectivas. Se bem que minhas colocações venham a conter partes analíticas, proponho-me antes de tudo simplesmente a compartilhar impressões pessoais acerca dos acontecimentos ocorridos e suas implicações para nossa realidade de Terceiro Mundo. Esboçarei, sob diversos ângulos, algumas das conseqüências que as mudanças no cenário econômico e político mundial acarretam para o Terceiro Mundo. Também pretendo enfocar os impasses, a desorientação em que nos encontramos, perguntando-me quanto a possíveis alavancas teológicas para a retomada da esperança numa vida mais digna.

1. O Reordenamento Econômico Mundial

Já antes das profundas mudanças envolvendo o Leste europeu, emergiam com nitidez alterações bastante profundas no sistema capitalista mundial. Como resultado das duas guerras mundiais e dos acordos de Bretton Woods e Yalta, os Estados Unidos da América despontaram claramente com papel hegemônico no Ocidente. Mais recentemente, porém, a crescente transnacionalização do sistema capitalista levou à formação cada vez mais nítida de três centros de poder econômico: os Estados Unidos, ao qual se associa o Canadá; a Comunidade Econômica Européia, cujo projeto chegará a uma certa culminância no ano de 1992; e um bloco asiático sob a liderança do Japão. O resultado é um enfraquecimento relativo da importância econômica dos Estados Unidos, com a emergência de novos centros de poder econômico que, se bem que sejam articulados entre si, também competem um com o outro.

Paralelamente, registra-se a tendência de essas economias regionalizadas buscarem o maior índice de auto-suficiência possível ou procurarem entre si a complementaridade de suas economias, logo prescindindo tanto quan-

to possível do Terceiro Mundo. Essa tendência só se tornou factível com o desenvolvimento de novas tecnologias, como a informática e a biotecnologia, que permitem magnificar a produção ou criar novos produtos substitutivos para tradicionais artigos de exportação do Terceiro Mundo, bem como incrementar a produção de alimentos nos próprios países do Primeiro Mundo. Isso significa: os países desenvolvidos dependem crescentemente menos de artigos exportados ou produzidos por países do Terceiro Mundo. Inversamente, os países do Terceiro Mundo vêem a sua dependência dos países desenvolvidos se acentuar, à medida que seu próprio desenvolvimento fica prejudicado pelo atraso tecnológico de suas economias. O resultado disso, por sua vez, é a redução do poder de barganha dos países do Terceiro Mundo, enquanto que os do Primeiro Mundo conseguem impor com tanto mais facilidade suas próprias condições de intercâmbio e preços, quando não optam por se retirarem do envolvimento comercial com países do Terceiro Mundo.

É sabido, por exemplo, que os países do Terceiro Mundo deixaram escapar a chance histórica de impor condições mais favoráveis no trato de sua dívida externa (por exemplo, mediante taxa de juros fixa) ou em suas relações de troca, quando dos primeiros choques do petróleo na década de 70 ou quando da falência do México no começo da década de 80. Em todos esses momentos, as economias do Primeiro Mundo, inclusive o sistema financeiro internacional, estavam relativamente despreparadas para as conseqüências dos choques, enquanto que nos dias de hoje, seus sistemas econômico e financeiro readquiriram uma maior estabilidade e, inclusive, graças à distensão entre Leste e Oeste e ao colapso econômico e político do bloco soviético, o Ocidente se garantiu a liberdade política de impor sua vontade em outras regiões mediante a guerra.

Dito em outras palavras: a vulnerabilidade das economias e das sociedades do Terceiro Mundo aumenta na mesma medida em que a vulnerabilidade das economias e das sociedades do Primeiro Mundo diminui. Mais: na mesma medida em que aumenta a afluência dos países do Primeiro Mundo, também se alarga o fosso entre riqueza, de um lado, e miséria, de outro. Ainda: quanto mais amplo o espaço de manobra política dos países do Primeiro Mundo, tanto mais impotentes se sentem, politicamente, os países do Terceiro Mundo. Por todos esses fatores, mais e mais difícil (embora indispensável) também se torna a unidade dos países do Terceiro Mundo entre si.

É bem verdade: alguns poucos países conseguem desgarrar-se do subdesenvolvimento, articulando-se com um dos novos blocos econômicos. É o caso dos assim chamados “tigres asiáticos” — Coréia do Sul, Formosa, Hong Kong e Cingapura —, articulados sobretudo com a economia do Japão. A Comunidade Econômica Européia também busca integrar as economias européias menos desenvolvidas (Irlanda, Portugal, Grécia, mesmo Turquia) num sistema político e econômico altamente desenvolvido, em que as

mazelas sociais mais gritantes sejam superadas. Já em relação aos países do Leste europeu, ainda é duvidoso se terão acesso à “casa européia”, na expressão de Gorbachev — naturalmente com a exceção da Alemanha Oriental que a médio prazo se beneficiará da reunificação com a Alemanha Ocidental. Já na América Latina, o México, país que atravessou um processo revolucionário profundo a partir de 1910, deu nos últimos anos uma forte guinada econômica para a esfera de influência direta dos Estados Unidos, estes aparentemente dispostos a integrar crescentemente a seu próprio sistema a economia mexicana, depois da falência desta. Os Estados Unidos conseguiriam assim não só um campo para sua tão necessária expansão econômica, mas também manter razoavelmente tranqüila sua fronteira sul, atualmente tão permeável ao ingresso de migrantes latinos empobrecidos, um permanente foco de tensão em potencial.

Um segundo grupo de países, menos de 20, passam a ocupar um lugar intermediário, devido à importância de seus recursos naturais ou de seus próprios processos de industrialização, beneficiando-se das migalhas tecnológicas que caem das mesas das economias dos países desenvolvidos. É o caso do Brasil. Salvo algumas exceções, nem por isso esses países registram melhoras sensíveis nas condições de vida de suas populações, mas esperam pelo menos evitar o pior: a queda a condições de miséria crônica, à qual parece estar condenada uma maioria de países e da população mundial. Estes últimos tornaram-se, de fato, supérfluos, sendo deixados quase totalmente à margem da economia mundial. Trata-se de algo que poderíamos chamar de Quarto Mundo, composto por mais de 100 países. É o que se pode registrar largamente no continente africano, mas também nos países mais empobrecidos da Ásia e da América Latina.

Como se percebe, esse quadro força uma significativa revisão da teoria da dependência, incorporada à Teologia da Libertação em sua fase inicial como um importante referencial analítico. Já não se pode sustentar com tanta facilidade, como lá se fazia, de que o desenvolvimento dos países ricos se devia à exploração dos países pobres. Menos ainda se pode colocar a esperança de dias melhores na ruptura da economia terceiro-mundista de seus vínculos com a economia do Primeiro Mundo, para um desenvolvimento auto-sustentado. Foi precisamente esta a atração maior que desempenharam por certo tempo o modelo chinês e o albanês. Entrementes, a China se abriu parcialmente à economia ocidental já na última década e a Albânia enfrenta crescentes dificuldades internas políticas, econômicas e sociais. O avanço tecnológico é a chance de uns, a fatalidade de outros.

O resultado é antes trágico do que alvissareiro. Ora, de um lado temos os países ricos, organizados agora em três blocos, incorporando, é bem verdade, alguns membros novos em seu meio. Continuam se beneficiando de condições vantajosas — a rigor, cada vez mais vantajosas e espoliativas — em suas relações com os países pobres, embora o resultado constitua uma parcela de importância decrescente em suas próprias economias. De

outro lado, observa-se o inverso. Temos uma maioria de países do Terceiro e Quarto Mundo que, ou são colocados completamente à margem ou, para não perderem o acesso à possibilidade do desenvolvimento econômico, pagam-no com uma crescente dependência de sua economia e — o que é pior — freqüentemente com um deterioramento agudo da qualidade de vida de suas populações, graças às draconianas condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional e outros organismos internacionais.

2. A Perda dos Referenciais Alternativos e o Império da “Moral Dupla”

a. Têm sido freqüentemente realçadas as vantagens e as perspectivas positivas que adviriam para o Terceiro Mundo da distensão entre Leste e Oeste. Por exemplo, antes pairava sobre todo o mundo o permanente espectro de uma possível guerra entre as superpotências e seus aliados, de cujas conseqüências mortais povo nenhum poderia escapar. Mais ainda: quando buscavam caminhos de autodeterminação, os países do Terceiro Mundo por via de regra experimentavam a sucção de seus esforços para dentro dos campos de interesse ideológico, econômico, político e geo-estratégico das superpotências. Conflitos regionais eram quase que inevitavelmente elevados a uma dimensão universal.

Pois bem, é inegável que em muitos lugares a distensão tem contribuído para a abertura de caminhos de solução negociada para conflitos armados, como, por exemplo, no processo de negociações que levou à independência da Namíbia. Contudo, não é menos verdade que muitos países que buscam caminhos alternativos acabam se sentindo mais impotentes e indefesos do que antes diante dos poderes hegemônicos. Os Estados Unidos puderam, por exemplo, contar com a concordância tácita ou mesmo declarada dos países desenvolvidos à sua invasão do Panamá. A intervenção militar ocasionou milhares de mortes e vasta destruição, tudo para pretensamente livrar o próprio povo panamenho de um ditador indesejado, estabelecendo a democracia. O ditador, outrora colaborador dos órgãos de segurança americanos, se encontra, há muito tempo, numa prisão norte-americana. Enquanto isso, as forças americanas continuam (democraticamente?) no Panamá...

Se abstrairmos da Guerra do Golfo, a qual será abordada mais abaixo, pode-se observar que de um modo geral há hoje menos conflitos armados no Terceiro Mundo do que há alguns anos. Obviamente, a preservação de vidas humanas pode ser saudada como um dado positivo. Cabe a pergunta, porém, se isso ocorre porque os países do Terceiro Mundo se sentem mais seguros e capazes para saídas pacíficas ou se, ao contrário, mais indefesos diante da frente unida que vem do Norte. Aliás, a distensão Leste-Oeste escancara de vez o conflito Norte-Sul, conflito em que, diferentemente do confronto entre Leste e Oeste, as forças são extremamente desiguais, não dispendo o Sul praticamente de nenhum poder de dissuasão diante do Norte. Saddam Hussein iludiu-se gravemente nesse ponto. Não é necessário,

porém, evocar o exemplo de um ditador sanguinário contra parcelas da população de seu próprio país, como os curdos e a população xiita. Basta perguntar qual seria a força política que no Norte desenvolvido estaria disposta a de fato apoiar e sustentar justas reivindicações populares no Terceiro Mundo, em particular se afetarem interesses econômicos e políticos sediados no próprio Norte? Com o que resistiriam os países do Terceiro Mundo às pressões políticas e econômicas, quando não intervenções armadas?

b. Nesse contexto, podemos inserir algumas observações acerca das numerosas manifestações de “moral dupla” na política dos países. Exemplifico:

Países que têm uma tradição de livremente intervir, militarmente quando julgarem conveniente, em terceiras nações, como é o caso dos Estados Unidos, por exemplo em relação a países do Caribe e da América Central, obviamente carecem das condições de credibilidade suficiente para se arvorarem em defensores do direito internacional em outras áreas do mundo, como ocorreu na Guerra do Golfo Pérsico. Não pretendo negar que a consciência internacional tinha sobejas razões para condenar a invasão do Kuwait pelo Iraque e estabelecer nos organismos internacionais meios de pressão para reverter a situação, mesmo considerando-se ser o Kuwait um país fruto do colonialismo britânico e com estruturas longe de democráticas. No entanto, invadido o Kuwait, passou-se a preparar a guerra contra o Iraque no dia seguinte — ou a preparação já começara antes? Razões iguais ou mesmo mais fortes havia, porém, já quando da Guerra do Iraque contra o Irã e, sobretudo, quando o regime iraquiano massacrou, inclusive com armas químicas, populações curdas em seu próprio país. Nesse tempo, porém, o Iraque foi generosamente abastecido, em boa medida pela mesmas nações que agora o devastaram. Mais importante ainda, no entanto: quem nos países desenvolvidos sequer sabe ou ainda se lembra de que o Timor Leste está ocupado pela Indonésia desde 1975, sem que esta tenha sofrido qualquer sanção eficaz? Isso para não falar das diversas resoluções da ONU que condenam a ilegitimidade da ocupação de território palestino por Israel ou cipriota pela Turquia, ambos fiéis aliados dos Estados Unidos.

Essa dupla moral revela que a rigor não foi o direito dos povos que esteve em jogo, mas o interesse econômico (petróleo e os dólares gerados pelo petróleo) e a hegemonia política. Aliás, se dissemos que o Primeiro Mundo é hoje, graças ao avanço de suas tecnologias, menos dependente de produtos do Terceiro Mundo, o petróleo ainda é uma notável exceção e se constitui, portanto, em “interesse vital” para os países desenvolvidos, mesmo quando localizado em outras regiões. Não teriam razão aquelas vozes do Terceiro Mundo que indicam ser sua própria liberdade apenas consentida, até que algum “interesse vital” das nações desenvolvidas esteja em jogo? Quem, inversamente, defenderá um país do Terceiro Mundo quando seu interesse vital for violado, como acontece com frequência? Por acaso, a ONU, na qual alguns países poderosos mantêm poder de veto?

Aliás, a Guerra do Golfo fez ruir estrepitosamente ainda duas outras

acepções correntemente afirmadas, principalmente no Primeiro Mundo. A primeira seria de que o fim da guerra fria entre Leste e Oeste permitiria o fim da corrida armamentista, uma redução significativa na produção de armamentos e, conseqüentemente, a liberação de recursos substanciais para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Bem, já antes da crise do Golfo Pérsico, se ouviam no Primeiro Mundo vozes oficiais que alegavam ser agora necessário gastar mais em armamentos — e não menos! —, pois as armas convencionais seriam mais onerosas do que as nucleares a serem destruídas. É impossível deixar de concluir que a crise do Golfo constituiu, nesse sentido, o pretexto bem-vindo para o *establishment* militar e da indústria de armamentos para sua manutenção e mesmo para sua expansão.

A segunda opinião corrente revelada como falsa pela Guerra do Golfo é a de que a distensão entre Leste e Oeste teria tornado mais afastada a possibilidade de guerras. Por certo, tornou-se bem menos provável que elas viessem a ocorrer na Europa ou, especificamente, em solo alemão. No entanto, desde o início da crise no Golfo Pérsico pôde-se ouvir numerosas declarações de parte de políticos sugerindo a perspectiva da guerra no Golfo Pérsico como a opção mais plausível e mais apropriada. Muito mais grave ainda: rapidamente estabeleceu-se na consciência dos povos uma sensação de “inevitabilidade da guerra”, que minou pela base qualquer ânimo de resistência popular à saída militar. Falou-se sempre, antes e durante a guerra, de “intervenção cirúrgica”, ocultando a realidade de destruição e de mortes em massa. Pequenos grupos contestadores foram impotentes para substituir essa consciência da “inevitabilidade da guerra” pela da “necessidade da solução negociada”.

As próprias igrejas dos países envolvidos na guerra, sentindo a ampla adesão popular ao empreendimento bélico, particularmente nos Estados Unidos, foram abrandando sua postura original parcialmente crítica. À guerra santa de Saddam Hussein, George Bush respondeu com suas orações, com o apoio (oportunista?) do evangelista Billy Graham e com o tradicional conceito teológico de “guerra justa”. Esqueceu-se convenientemente que mesmo a doutrina da guerra justa, discutível hoje por múltiplas razões, determina critérios limitadores do uso da força bélica.

Por exemplo, a doutrina da guerra justa estabelece que, previamente à guerra, se esgotem todos os demais recursos. Quem poderia de sua consciência afirmar que tenham sido esgotados todos os demais recursos num lapso de poucos meses, se em outros conflitos se passam décadas de paciência, como em relação à África do Sul e seu odioso sistema do *apartheid*? Outro critério na referida doutrina é o de que o emprego da força militar deva ser limitado e não infligir sofrimento maior do que aquele que pretende sanar. Na Guerra do Golfo, a distensão entre Leste e Oeste, acompanhada da ruína econômica e do beco sem saída político interno da União Soviética, deixou o campo livre para que o Ocidente experimentasse à vontade a potência e a eficácia de seu sofisticado arsenal bélico. Assim, os Estados Unidos

puderam não apenas irrigar sua debilitada economia, como também recuperar o orgulho nacional através de aplastante e impiedosa vitória sobre um país árabe dependente, mas que arrogantemente se considerava preparado para a guerra. Nem mesmo a fome, a guerra civil interna e as migrações causadas pelo desfecho da guerra fazem demover agora os vitoriosos da imposição aos vencidos de insuportáveis reparações de guerra.

Outro exemplo grave da dupla moral que grassa hoje em países do Primeiro Mundo é sua postura frente à grave questão do consumo e do tráfico internacional de drogas. As contradições são gritantes. Para o miserável camponês da Bolívia, do Peru, da Colômbia e de cada vez mais países, a produção de coca representa a única, realmente a única, alternativa real para alcançar uma vida minimamente digna, já que nenhuma outra cultura alcançará resultados sequer de longe comparáveis, tão aviltados são os preços de outros produtos seus nos mercados internacionais. O tráfico da droga cria em alguns países uma economia paralela e ilegal de valor igual ou mesmo mais elevado do que o de todo o restante da produção do país. Segundo a ideologia capitalista, tratar-se-ia de uma questão de oferta e demanda... Pois bem, não só a demanda por drogas se encontra concentrada nos países capitalistas desenvolvidos, como também estão lá os recursos cada vez mais abundantes de suas sociedades insaciavelmente afluentes. Mais ainda: é sabido que significativa parcela dos recursos arrecadados jamais chega aos países produtores, mas bilhões de dólares são “lavados” e permanecem irrigando o sistema financeiro multinacional (como, aliás, também ocorria “convenientemente” com os bilhões de dólares da produção petrolífera kuwaitiana!).

Sem muita margem de erro, pode-se arriscar a conclusão de que os países capitalistas desenvolvidos não têm nem vontade, muito menos instrumentos políticos eficazes para resolver a questão da demanda por drogas de seus povos ou para coibir a especulação financeira com os dólares provenientes do narcotráfico ou ainda para garantir preços justos e compatíveis para uma eventual produção alternativa para os camponeses. Ao contrário, a solução preconizada é a mais fácil: a militarização da questão nos países produtores da droga, o que significa o sacrifício de vidas do Terceiro Mundo no altar do consumo de drogas do Primeiro Mundo.

Outros exemplos de dupla moral do Primeiro Mundo poderiam ainda ser facilmente acrescentados. Por exemplo, o de condenar, com razão, a destruição da floresta amazônica na América do Sul, mas não controlar eficazmente a demanda por madeiras de lei e sobretudo por metais preciosos lá obtidos. (Também a produção de droga ocupa crescentes espaços da Amazônia.) Tampouco se tiram as necessárias conseqüências do fato de que são os países industrializados os maiores emissores de gases venenosos, por seus carros, seus refrigeradores, seus condicionadores de ar e suas indústrias. Ainda está muito afastada da consciência dos povos desenvolvidos que, se eles esperam dos subdesenvolvidos a preservação do ar que desejam respi-

rar em seus próprios países, deverão pagar por isso, como por qualquer outra mercadoria.

Entretanto, antes que caiamos irremediavelmente na hipocrisia do “graças a Deus que não sou como aquele publicano”, que dizer de nossa própria moral dupla? Ela poderia, por exemplo, já consistir no fato de denunciarmos o argueiro da “moral dupla” dos países do Primeiro Mundo, deixando de perceber a “trave” de nossa própria (Mt 7.3). Pois se denunciarmos as injustas relações de troca e a espoliação financeira a que somos submetidos pelo Primeiro Mundo, não poderemos deixar de nos envergonhar com as estruturas de injustiça e opressão em nosso próprio meio. Deveria ser absolutamente intolerável, por exemplo, que o Brasil, que se jacta de ser a “oitava economia do mundo” — aliás, caiu para nona ao ser ultrapassada pela Espanha —, apresente o terceiro maior índice de concentração de renda do mundo, perdendo apenas para Honduras e Serra Leoa. Aliás, como todas as estatísticas comprovam, a concentração de renda não tem cessado de se intensificar ao longo das últimas décadas, seja em períodos de crescimento econômico do país, seja com recessão econômica que fez reduzir o produto *per capita* em mais de 6,5% apenas no ano de 1990, processo que é batizado pelo Governo com o nome de “modernidade”...

E o que dizer não apenas do monstruoso sistema de corrupção e fraudes instalado no país, mais visível agora no escândalo da previdência, mas também do cinismo generalizado com que é encarada a coisa pública em geral? Grassa a impunidade, ao abrigo até mesmo dos guardiães da lei. Generaliza-se a insensibilidade, pela qual definham e morrem doentes não-atendidos às portas de hospitais ou ficam crianças sem aula, comprometendo o seu futuro e o do país. Isso para não falar do franco extermínio de menores em nossas grandes cidades, de agricultores no campo e de índios nas florestas... Como superar a insensibilidade, deixando aflorar uma “santa ira”?

c. A implosão do socialismo real no Leste europeu — é preciso reconhecer — ocasionou uma onda de perplexidade por toda parte no Terceiro Mundo. É preciso, porém, designar corretamente as razões para esse sentimento. Ele não reside de forma alguma no fato de que tivesse havido, em larga escala, no Terceiro Mundo uma identificação de anseios populares com o modelo político-econômico que era adotado no Leste europeu. É claro, por toda parte havia partidos comunistas, geralmente, porém, com limitada influência real, quase sempre muito aquém do potencial de anelo popular por transformações sociais profundas, à medida que se desgarravam dos movimentos populares mais amplos. Sempre houve um sentimento — nem sempre declarado, infelizmente — de que o modelo de socialismo adotado no Leste europeu não provinha de fato da organização livre e soberana do próprio povo a partir de sua base, mas que era imposto ao povo de cima, através do partido único. É sabido que, na maioria dos países socialistas europeus, a implantação do socialismo se deveu não a processos democráticos e populares, mas ao resultado militar da II Guerra Mundial. Em particular

na teologia da libertação, atenta antes de tudo ao “pobre real”, se expressou aqui e acolá a crítica para com modelos dogmáticos e burocratizados do socialismo.

Diferentemente do socialismo do Leste europeu, podia-se observar que os povos do Terceiro Mundo procuravam sua libertação sobretudo através dos movimentos e organizações populares, com sua capacidade de mobilização e luta. Geralmente, o sucesso e a aceitação de partidos políticos dependia então, não de sua própria capacidade organizativa ou clareza ideológica, mas da capacidade que revelavam de respeitar esses movimentos populares, se inserir neles e com eles se identificar. Foram estas, por exemplo, sem dúvida, algumas das razões para o êxito da Revolução Sandinista na Nicarágua, em 1979. Assim também, quando em 1989 uma onda avassaladora de mobilização e protesto popular percorreu, um após outro, países do Leste europeu, impôs-se no Terceiro Mundo e persiste ainda hoje um sentimento de simpatia para com os povos do Leste europeu e, mesmo, uma convicção de que o processo “das ruas”, a rigor, apenas vinha confirmar as premissas básicas do movimento popular no Terceiro Mundo.

Mesmo assim, porém, a derrocada espetacular do socialismo e sua substituição pelas estruturas econômicas de livre mercado deixam os movimentos populares do Terceiro Mundo momentaneamente sem referenciais alternativos e, portanto, perplexos. Pois, contrariamente ao que acabou prevalecendo em boa medida no Leste europeu e em especial na República Democrática Alemã, os movimentos populares do Terceiro Mundo não anseiam atingir o padrão de vida e de consumo do Primeiro Mundo. Geralmente sabem que esse alvo seria inalcançável tanto a curto quanto a médio prazo, e seria indesejável mesmo a longo prazo. Os recursos da natureza, mesmo potenciados pelo trabalho humano, não são ilimitados. Devem, portanto, ser compartilhados e preservados, não acumulados e esgotados. Perseguir os padrões de consumo do Primeiro Mundo seria um materialismo idolátrico, incapaz de saciar o anelo por uma vida digna e verdadeiramente humana.

Devo ressaltar, porém, que no contexto de generalizada insensibilidade social e falta de perspectivas para o futuro, penso detectar ultimamente mesmo em movimentos reivindicatórios, a princípio legítimos, uma tendência a priorizar a mera demanda salarial setorializada (recuperação de perdas, planos de carreira, direitos adquiridos etc.), negligenciando ou mesmo abandonando a luta por uma sociedade alternativa, em que a prioridade deve ser colocada na garantia da satisfação das necessidades elementares do conjunto da população. Haveria, portanto, indícios de acomodação ao sistema capitalista vigente mesmo nos setores populares combativos. A máxima pareceria ser: já que não há outra sociedade possível, vamos tirar ao máximo o que esta pode nos proporcionar, mesmo que à custa de outros setores básicos...

Em sendo corretas e justas essas observações, teríamos aí, sem dúvida, um reflexo negativo, a nível de organização popular, da perda de refe-

renciais sociais alternativos. Isso nos levaria, em última instância, a um tipo de sonho consumista análogo ao nutrido, por exemplo, pela população da Alemanha Oriental. Por detrás de nossa condição de empobrecidos pela política de arrocho e de recessão, miramos as ofertas que se espriam em nossas telas de televisão com a mesma sofreguidão com que alemães orientais por detrás de cercas e muro se embebiam das imagens da televisão alemã ocidental. Diferentemente deles, porém, os brasileiros não têm uma Alemanha Ocidental do outro lado, de modo que nosso sonho pode estar fadado a se frustrar indefinidamente...

Voltando ao Leste europeu, suponho que, ressalvada a situação peculiar da Alemanha Oriental que em prazo relativamente curto se beneficiará da integração na República Federal (ainda que com sensíveis custos sociais, como desemprego em massa), os demais países do Leste europeu bem poderiam se encontrar no futuro em condições similares às do Terceiro Mundo: pesada dívida externa, elevada inflação, queda na qualidade social da vida. O socialismo, mesmo o socialismo real de tantos defeitos desumanizantes, parecia aos olhos do Terceiro Mundo pelo menos satisfazer para todas as pessoas suas necessidades materiais básicas: educação, saúde, alimentação, trabalho, habitação. Na derrocada do sistema e na passagem para uma economia de mercado não consegue mais garantir nem isso.

Em relação à América Latina, registramos séculos de vinculação estreita ao desenvolvimento capitalista ocidental, com inúmeras intervenções externas, de todos os tipos, na vida interna dos países e dos povos latino-americanos. Ao longo de todo esse tempo, em parte alguma tem sido possível criar estruturas que satisfizessem minimamente as necessidades básicas de sua população. Pobreza e miséria imperam por toda parte. Uma memorável exceção é, sem dúvida, Cuba, um país que em apenas poucos anos atingiu um dos mais elevados índices de expectativa de vida, de saúde e de alfabetização do mundo. Duvidoso é se, na conjuntura mundial atual, Cuba conseguirá satisfazer ou, pelo menos, canalizar positivamente a demanda interna por bem-estar e por pluralismo. Também a Nicarágua demonstrou no começo do regime sandinista, com sua campanha de alfabetização, seu programa de saúde e sua reforma agrária, que provavelmente teria conseguido resultados semelhantes aos de Cuba, quanto à qualidade de vida, acoplada a uma inusitada e promissora liberdade e pluralismo, não tivesse sido ela lançada para dentro de um conflito armado que lhe consumiu as reservas econômicas e a capacidade de resistência.

Para onde ir então? Os povos do Terceiro Mundo se encontram diante da difícil tarefa de reconstruir seus sonhos e retrazar seus caminhos para o futuro. Nisso, porém, deverão encarar temas negligenciados em sua reflexão anterior e que a queda do "socialismo real" impõe, quais sejam, por exemplo, o papel da democracia e questões antropológicas, como a tentação do poder. Não satisfazem mais as respostas simplistas que denunciam a "democracia burguesa" ou supõem ingenuamente que a questão do po-

der se resolve automaticamente com o estabelecimento de estruturas socialmente mais justas. A democracia como instrumento político tem que estar definitivamente incorporada às lutas sociais por uma ordem mais justa, e a consciência da corruptibilidade do ser humano não apenas pelo deus “mâmon”, mas também pelo deus “poder”, não pode mais ser abafada depois do estalinismo e da burocracia do partido único. Mesmo com essas importantes ressalvas, porém, uma coisa é certa: os povos empobrecidos do Terceiro Mundo nada terão a ganhar se se deixarem simplesmente atrair pelo canto de sereia do capitalismo, que lhe tem infligido tanto sofrimento. A esta geração foi dada a ingente tarefa histórica de reconstruir os sonhos e reabrir caminhos. Qual povo de Deus no deserto, a terra prometida está mais longe do que supúnhamos. Sonhar com as panelas do Egito é, mais uma vez, poderosa tentação.

3. O Pobre Desesperançado e a Recuperação da Esperança

O movimento de comunidades eclesiais de base na América Latina teve desde seu início como um dos eixos principais a comunhão entre os pobres e a solidariedade para com os marginalizados. A teologia da libertação se propôs não apenas ser, a nível de reflexão teórica, expressão dessa opção pelos empobrecidos, mas também o esforço de enxergar a própria realidade com a visão dos pobres, olhando para a sociedade a partir de seus membros marginalizados e entendendo a história a partir de seu reverso, isto é, a partir dos povos subjugados e explorados. A esperança, a alegria e a disposição para o compartilhar, registráveis entre os pobres, dava ânimo e perspectivas para quem se deixava por eles envolver e motivar. O que, porém, poderá significar olhar a partir da ótica dos pobres, se estes tiverem perdido a esperança?

Hoje o povo latino-americano, como de resto a esmagadora maioria dos países do Terceiro Mundo, vive mergulhado em profunda desesperança. Vive acossado de todos os lados, pela queda do já parco nível de vida através de arrocho salarial e desemprego, pelo descalabro dos serviços públicos mais essenciais como saúde e educação. Quando dos regimes militares, a esperança do povo nutria-se da luz que aparecia no fim do túnel: o regime democrático. Memoráveis demonstrações de rua provocaram a saída do regime militar. A esperança tomou asas e voou livre e alegremente. Mas para onde olhar, se a esperança é ferida em seu âmago em pleno voo, se as próprias instituições democráticas não só se revelam instrumentos incapazes de melhorar a sorte dos empobrecidos e injustiçados, mas também caem em descrédito pelas infundáveis demonstrações de estarem viciadas pela corrupção, pela ambição própria de detentores de cargo político e pelos interesses de grupos minoritários e classes que as controlam e dominam? A dependência externa, na economia, não só permanece intocada, mas se aprofunda. A dívida externa persiste qual espada de Dâmocles sobre as cabeças latino-americanas. O aparelho de estado revela-se como um polvo cu-

jos tentáculos sugam a nação. Os mais elementares serviços públicos (para não falar de investimentos) ficam paralisados. As estruturas de exploração e de concentração de renda permanecem intocadas. Os “ajustes” da economia, em especial os impostos por organismos internacionais, invariavelmente incluem radicais medidas de cortes de serviços sociais essenciais para as populações marginalizadas e empobrecidas.

O resultado é chocante: as condições de vida se deterioram de tal forma que já não se trata de procurar garantir o direito a uma vida humana digna, mas trata-se de assegurar a mera sobrevivência. Assim, se estamos confrontados com as estruturas injustas em países do Terceiro Mundo e das relações Norte-Sul, defrontamo-nos com uma lógica macabra da economia internacionalizada: ela não garante mais nem mesmo a simples sobrevivência. As massas do Terceiro Mundo, crescentemente transformadas num “Quarto Mundo”, tornam-se supérfluas. Mais e mais devemos contar no Terceiro Mundo com a realidade do *lumpen*: massas empobrecidas e jogadas à margem, sem perspectiva de vida digna, destituídas de tudo quanto é essencial, desprovidas de iniciativa e até de esperança.

O risco para as estruturas democráticas é mais do que evidente. Sem justiça social, a democracia não consegue ir além de uma farsa. Basta lembrar que nas eleições parlamentares e para governança dos estados no Brasil, em 1990, o povo manifestou seu desencanto nas urnas, depositando em torno de 50% de votos em branco e nulos.

Esse é no momento talvez o desafio mais dramático que é colocado a todos quantos desejam trabalhar com as camadas populares em países do Terceiro Mundo hoje: como lidar com pessoas que são jogadas fora como artigo descartável, que já foram tantas vezes enganadas e pisoteadas, que já não conseguem mais ter qualquer esperança. Também para as igrejas impõe-se como primordial a tarefa de como fazer renascer, com credibilidade, a esperança e a vontade de lutar.

Por onde Começar?

Certamente, será indispensável exercitar-se em ver a realidade a partir da experiência dos empobrecidos, mesmo que desesperançados. Um elemento princípio hermenêutico para compreender uma realidade consiste em procurar ver a questão-objeto a partir das condições e da ótica de quem sofre sob ela. Por exemplo, jamais se poderia compreender a realidade profunda de um campo de concentração nazista a partir da ótica de seus guardas e carrascos. Seria preciso ouvir o relato de judeus sobreviventes para se aproximar dela.

Se somos movidos pela compaixão com o sofrimento humano, mais ainda — já que escrevo a partir da fé cristã —, se somos movidos pelo amor de Jesus, nascido pobre, solidário com os marginalizados e condenado na cruz, se sabemos que a sabedoria de Deus é loucura (1 Co 1.18-25) e que seu poder se aperfeiçoa na fraqueza (2 Co 12.9), então não pode se

tratar de enxergar a realidade com os olhos de um outro qualquer, mas definitivamente com os olhos dos “menores dos irmãos de Cristo” (Mt 25.40). Isto é, nosso exercício hermenêutico de entender a realidade deve ser a partir de todos aqueles que são submetidos a sofrimento e humilhação.

O que isso a meu ver significará concretamente para comunidades cristãs só posso aqui rapidamente esboçar. Em primeiro lugar, enxergar e compreender nossa realidade: tanto internamente nas igrejas quanto na sociedade, na política e também na economia, não a partir de desejos ocultos ou manifestos de consumo e afluência, mas a partir das necessidades humanas elementares de todos quantos se encontram ou são colocados à margem da sociedade, que entre nós perfaz sabidamente a maioria da população, frequentemente manipulada com eficácia em períodos eleitorais pelos meios de comunicação de massa, em especial a televisão, e pela propaganda política demagógica, para serem abandonados à própria sorte logo após.

Certamente, também será necessário exercitar-se na prática de enxergar a realidade com os olhos de segmentos oprimidos específicos da sociedade, como por exemplo as mulheres, oprimidas de formas múltiplas tanto em sociedades afluentes quanto subdesenvolvidas. A fé cristã também se sensibiliza (ou as pessoas que crêem deveriam deixar-se sensibilizar por sua fé) em particular para com pessoas e grupos que sofrem, mas que por suas condições de saúde (doentes físicos e mentais, por exemplo) não se encontram em condições de intervir decisivamente nas condições de sua própria vida. A fé cristã dignifica a vida humana enquanto criatura de Deus, mesmo em sua precariedade. Em suma: somos desafiados não apenas a incorporar o próximo necessitado em nossas preocupações, mas a deixar que ele seja a nossa própria medida. A nada menos do isso nos desafia Jesus em sua parábola de seus pequeninos irmãos (Mt 25.31-46).

Em 1992, seremos confrontados nas Américas com grande força simbólica com a pergunta de como nos posicionamos diante de nossa história e de nossa realidade. Terão transcorrido 500 anos de descoberta, não, de conquista, não, de invasão do continente americano. Há muitas razões para dizermos não que fazem 500 anos dessa conquista e invasão, mas que em verdade são 500 anos de invasão e de processo de conquista. Haverá muitas celebrações ufanísticas, tanto na península ibérica quanto em solo latino-americano, tanto nas igrejas, em particular a católica (“500 anos de evangelização”) quanto na sociedade civil.

Não resta dúvida que a data se aproxima com maior celeridade do que cresce nossa capacidade de nos exercitarmos a encarar nossa própria história decididamente a partir das trágicas experiências de populações indígenas e negras, escravizadas e espoliadas de múltiplas formas, quando não dizimadas. Caberia, sem dúvida, às comunidades cristãs, tanto da Europa quanto das Américas (e mesmo de outras áreas, como nas Filipinas, na Austrália e Nova Zelândia) realizar:

1. uma celebração penitencial pelos crimes cometidos contra os povos indígenas e negros;

2. um resgate da memória daqueles missionários e daquelas comunidades que viveram modelos alternativos de missão, de solidariedade humana e de comunitariedade cristã;

3. o estabelecimento de sinais de solidariedade e reconciliação ativa com os povos indígenas, inclusive reformulando profundamente nossa relação com o restante da natureza, e

4. um compromisso por uma ordem econômica, política e jurídica internacional centrada nos empobrecidos da terra.

Nisso tudo deverão reaparecer nossas visões de futuro, nossos sonhos animadores, e com eles nosso discernimento de caminhos e nossa capacidade de lutar.

Chego ao fim. Não é uma conclusão. Neste assunto, não pode haver conclusão. Embora fosse necessário, este trabalho não é nem mesmo um começo. Falei das agruras dos povos do Terceiro Mundo. Mencionei sua desesperança. Contudo, como cristãos, somos em tudo “atribulados, porém, não angustiados; perplexos, porém não desanimados”; porque levamos “sempre no corpo o morrer de Jesus para que também a sua vida se manifeste em nosso corpo” (2 Co 4.8,10). É, com toda certeza, uma primordial tarefa que cabe à comunidade cristã solidária com os empobrecidos, espoliados e marginalizados contribuir, por sua proclamação, sua celebração devocional e sua presença social, para o renascer da sensibilidade com o sofrimento e da esperança em meio ao desespero, à frustração e ao desânimo.

“A esperança é a última que morre”, diz o ditado brasileiro⁷. Pareceria que teríamos chegado ao estágio final. O apóstolo Paulo teve a ousadia de distinguir entre o que poderíamos classificar como uma “esperança para a morte” e uma “esperança para a vida”. Como Abraão, creu numa “esperança contra a esperança” (Romanos 4.18). Divisou, atrás de todos os poderes que ameaçam o ser humano, o poder último da morte. A ela, porém, Paulo já não podia mais atribuir a palavra final, certo que estava da ressurreição de Cristo (1 Coríntios 15.19, cf. 15.1-28). Como é sabido, segundo o apóstolo Paulo, esta esperança brota da nossa fé e conduz ao amor. “Agora, pois, permanecem, a fé, a esperança e o amor, estes três; porém o maior destes é o amor.” (1 Co 13.13.)

Notas

1 O presente artigo é uma versão bastante modificada de uma palestra proferida na Assembléia da Obra Evangélica de Missão (EMW) da Alemanha, em Bensheim, República Federal da Alemanha, em 24 de outubro de 1990. O tema geral da assembléia abordava o relacionamento das igrejas evangélicas alemãs, em sua obra missionária e diaconal, em relação ao Terceiro Mundo, em face das mudanças ocorridas e em andamento na Europa. Fui solicitado a proferir uma palestra que expusesse uma perspectiva latino-americana-

na da temática. Minha revisão para publicação no Brasil atualiza a reflexão para a situação após a Guerra do Golfo e insere uma reflexão autocrítica para dentro da realidade brasileira, além de efetuar reformulações, cortes e emendas no texto original. Mesmo assim, a presente versão ainda guarda a dimensão do diálogo crítico com cristãos do Primeiro Mundo e preserva a substância fundamental da palestra proferida. Aliás, a Guerra do Golfo veio a confirmar algumas das suspeitas então enunciadas.

A palestra original foi publicada na revista alemã “Junge Kirche” (Walter ALTMANN. Dritte Welt und wir angesichts der Entwicklungen in Europa. Anmerkungen aus der Perspektive der Dritten Welt. *Junge Kirche*, Bremen [número 1, 1991]:4-15).

- 2 Quanto à questão fundamental da dívida externa, que na última década drenou mais de 250 bilhões de dólares do continente latino-americano para o Norte desenvolvido, dispense-me de uma abordagem mais ampla, porque o fiz alhures. (Cf. Walter ALTMANN. O Clamor pelo Pão: Variantes de um Tema. Duas Palestras de 1989, em Berlim Ocidental e Porto Alegre. In: DREHER, Martin N. [ed.]. *Peregrinação. Estudos em Homenagem a Joachim Herbert Fischer pela Passagem de seu 60º Aniversário*. São Leopoldo: Sinodal [1990]:22-37, esp. 26-8; Walter ALTMANN. O Clamor por Paz e Justiça. *Anuário Evangélico 1991*; 20º ano. São Leopoldo: Sinodal, 20 [1990]:56-8.)
- 3 Os Estados Unidos, por exemplo, nunca acataram a decisão da Corte Internacional de Haia, que os condenou a reparações, por terem minado o porto de Corinto, na Nicarágua, em sua guerra não-declarada contra o regime sandinista.
- 4 Como é sabido, triste papel de fornecedor de armas e de assistência bélica à região foi assumido já desde a ditadura militar pelo Brasil.
- 5 Cf. Frei BETTO. O fracasso do socialismo alemão e os desafios à esquerda. *AGEN 195* (29/3/90):3-6. Vale lembrar, neste contexto, que já na década de 60, o teólogo Josef Hromádka preconizava um “socialismo de face humana” (Cf. J.-L. HROMÁDKA. *Para que eu vivo?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971, sobretudo pp. 81-96).
- 6 Sabidamente, Marx ainda expôs o capitalismo como interessado na sobrevivência da mão-de-obra de que necessitava. O avanço tecnológico prescinde, mais e mais, da mão-de-obra. É bem verdade, contrariamente às previsões de Marx, que previa uma agudização permanente das contradições sociais, o capitalismo foi de um lado capaz de se adaptar nos países desenvolvidos, produzindo uma quantidade extraordinária de bens de consumo e proporcionando condições de trabalho inimagináveis no século passado. A partir da experiência do Terceiro Mundo, porém, ainda não comprovou objetivar de fato relações sociais mais justas e humanas. Até mesmo no Primeiro Mundo desenvolvido e afluyente multiplicam-se os sinais de uma redução da qualidade de serviços sociais, acompanhada de um crescimento da pobreza.
- 7 Para uma abordagem mais ampla desse ditado, cf. minha reflexão homilética: Walter ALTMANN. Domingo de Páscoa: 1 Coríntios 15,19-28. *Proclamar Libertação*, I-II. São Leopoldo, Sinodal (1979):16-25.

Dr. Walter Altmann
Professor na EST
Caixa postal 14
93001 — São Leopoldo — RS